

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 17 / 2025

CARGO

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

- Verifica se este caderno contém 25 questões. Caso não contenha, solicita imediatamente ao fiscal de sala outro caderno.
- Dispões de 2 horas para responder a todas as questões e preencher o cartão-resposta.
- Para cada questão, existe apenas uma resposta certa.
- Podes utilizar a grade ao final do caderno para marcar previamente as respostas.
- Ao transcrever as respostas para o cartão-resposta, preencha totalmente o círculo com caneta esferográfica com tinta preta ou azul.
- Não permitido o uso de caneta porosa ou corretivo.
- Dispositivos eletrônicos e relógios devem estar dentro do envelope devidamente identificado e lacrado.
- Para te dirigires ao fiscal, ergue o braço e aguarda o atendimento.
- Não é permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico dentro do prédio de provas, mesmo após a entrega da prova.
- Durante a realização da prova, não é permitida a consulta em materiais impressos ou em dispositivos eletrônicos, nem o uso de protetor auricular, fones de ouvido, prótese auditiva, óculos com lentes escuras, relógio ou qualquer acessório na cabeça.
- É proibido fumar no interior do prédio de provas.
- O cartão-resposta, se danificado pelo candidato, não será substituído.
- A entrega da prova só poderá ocorrer depois de transcorrida 1 hora do horário de início.
- Ao término da prova, o cartão-resposta deve ser entregue ao fiscal.
- Após a entrega da prova, não é permitida a permanência do candidato no prédio de aplicação da prova, nem o uso dos sanitários.
- Será excluído do concurso o candidato que agir com incorreção ou descortesia com qualquer pessoa da equipe ou com outro candidato.
- Os dois últimos candidatos que permanecerem em sala de prova só poderão retirar-se conjuntamente e após assinarem a ata de presença.

1. A Lei n.º 9.394/1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Qual das alternativas abaixo NÃO é um dos Princípios do Ensino definidos pela LDBEN?

- a) A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.
 - b) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
 - c) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
 - d) Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva.
 - e) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
-

2. A Resolução COEPEA/FURG n.º 230/2024, institui a Política Institucional de Inovação Pedagógica e Flexibilização Curricular. Quanto aos objetivos dessa política, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.
 - b) Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
 - c) Atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, particularmente a latino-americana.
 - d) Promover a ciência, a tecnologia, as artes e a compreensão do ser humano e do meio ambiente.
 - e) Promover, nos cursos de graduação, a organização de currículos que atendam às demandas formativas dos estudantes, fomentando um processo formativo profissional qualificado, a fim de despertar seus interesses pelo ingresso, pelo preenchimento das vagas e pela permanência nos cursos.
-

3. A Instrução Normativa conjunta PROEXC/PROGRAD n.º 1/2022, regulamenta o processo de curricularização das ações de extensão nos cursos de graduação da FURG. Considerando essa normativa, analise as afirmativas abaixo.

I - A Comissão de Curricularização da FURG, em conjunto com as comissões de cada Unidade Acadêmica, deverá elaborar instrumentos e indicadores para acompanhamento e autoavaliação crítica do processo de inserção curricular das ações de extensão.

II - Programas são uma das modalidades das ações de extensão para fins de inserção curricular.

III - Componentes criados com 100% da carga horária destinada à extensão não são considerados uma das formas de caracterizar a inserção curricular nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

IV - O processo de curricularização das ações de extensão exige, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação da FURG, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Estão CORRETAS:

- a) Apenas as afirmativas II, III e IV.
 - b) Apenas as afirmativas I, II e IV.
 - c) Apenas as afirmativas I, II e III.
 - d) Apenas as afirmativas I e IV.
 - e) Todas as afirmativas.
-

4. Considerando a teoria de Cunha (2022) quanto à perspectiva de *Inovação Pedagógica*, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Inovações pedagógicas, entendidas como ruptura paradigmática, exigem dos professores a reconfiguração de saberes e favorecem o reconhecimento da necessidade de trabalhar no sentido de transformar.
 - b) As inovações se materializam pelo reconhecimento de formas alternativas de saberes e experiências, nas quais imbricam objetividade e subjetividade, senso comum e conhecimento científico, teoria e prática, cultura e natureza, afetividade e cognição, sujeito e objeto e diversos outros binômios.
 - c) Tratar a inovação como ruptura epistemológica é dar-lhe uma dimensão emancipatória, não numa perspectiva de negação da história, mas tentando partir desta para fazer avançar o processo de mudança, assumindo a fluidez das fronteiras que se estabelecem entre os paradigmas em competição.
 - d) A inovação, como uma ruptura epistemológica, materializa-se essencialmente no uso de aparatos tecnológicos para fundamentar uma mudança da concepção de conhecimento.
 - e) Compreender os impasses da prática pedagógica como uma possibilidade reflexiva e de problematização da ação docente já é, em si, uma inovação.
-

5. Para atender à legislação nacional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a FURG submete-se a processos de Avaliação Externa e de Avaliação Interna. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, a Avaliação Externa da Universidade compreende:

- a) Censo da Educação Superior (CENSUP), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Visitas *in loco* e Avaliação da Pós-Graduação (Avaliação CAPES).
 - b) Comissão Própria de Avaliação (CPA), Avaliação do Docente pelo Discente (ADD), Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e Visitas *in loco*.
 - c) Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), Visitas *in loco*, Censo da Educação Superior (CENSUP) e Avaliação da Pós-Graduação (Avaliação CAPES).
 - d) Avaliação do Docente pelo Discente (ADD), Avaliação da Pós-Graduação (Avaliação CAPES), Censo da Educação Superior (CENSUP) e Comissão Própria de Avaliação (CPA).
 - e) Avaliação da Pós-Graduação (Avaliação CAPES), Visitas *in loco*, Avaliação do Docente pelo Discente (ADD) e Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE).
-

6. Com base na Política de Extensão da FURG, instituída pela Resolução CONSUN/FURG n.º 27/2015, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A contribuição da Extensão Universitária como parte da solução dos problemas sociais em nível local, regional, nacional e global não está contemplada nos objetivos da Política de Extensão da FURG.
 - b) A Extensão na FURG é definida como ação de natureza acadêmica, em consonância com a Política Nacional de Extensão.
 - c) Direitos Humanos e Justiça são áreas temáticas da extensão.
 - d) Consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do estudante e na geração do conhecimento, na qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação e para o intercâmbio com outros setores da sociedade é uma das finalidades da Política de Extensão da FURG.
 - e) Meio Ambiente é uma área temática da extensão.
-

7. Marque a alternativa CORRETA. Gonçalves (2015) aponta que o sentido formativo necessário à consolidação da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão tem como elemento central:

- a) O financiamento da Educação Superior.
 - b) O *habitus* de cada agente que compõe o campo universitário, considerando a diversidade de trajetórias.
 - c) A Política de Ações Afirmativas.
 - d) As ações de enfrentamento à retenção e à evasão.
 - e) As avaliações externas das instituições de Educação Superior.
-

8. As Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecidas pela Lei n.º 9.394/1996, em seu art. 53, asseguram às universidades, no exercício de sua autonomia, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - Conferir graus, diplomas e outros títulos.

II - Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais.

III - Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.

IV - Fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas as afirmativas II, III e IV.
 - b) Apenas as afirmativas I e IV.
 - c) Apenas as afirmativas I, II e III.
 - d) Apenas as afirmativas I, III e IV.
 - e) Todas as afirmativas.
-

9. O termo “evasão” aparece em algumas políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil, evidenciando a caracterização de um fenômeno cuja problemática deve ser combatida e cujos índices devem ser reduzidos. No entanto, Coimbra, Silva e Costa (2021) revelam que as análises de especialistas e os documentos oficiais são insuficientes no que se refere à apresentação de uma definição apropriada do fenômeno. Considerando isso, de acordo com os(as) autores(as), é INCORRETO afirmar:

- a) A maioria das definições utiliza expressões diferentes, mas alinha-se na descrição da evasão como sendo simplesmente a perda de vínculo, a saída da instituição, o abandono do curso, o desligamento – do curso, instituição ou sistema, sejam eles atos voluntários ou não.
 - b) A bibliografia e os documentos oficiais mostram divergências quanto à definição de evasão, reunindo fenômenos de naturezas distintas. Via de regra, são enfatizadas as formas e negligenciadas as razões que motivam o desligamento.
 - c) Uma descrição genérica do fenômeno da evasão no Ensino Superior não contribui para a mensuração de dados consistentes para a compreensão e a resolução do problema.
 - d) “Evasão por exclusão” é um termo sugerido pelos(as) autores(as) para definir o fenômeno da evasão como perda do vínculo com o curso, a instituição ou o sistema, caracterizando os problemas sociais a serem combatidos pelas políticas públicas, entre eles, o problema recorrente do trânsito de discentes entre cursos e Instituições de Ensino Superior.
 - e) Para suprir a lacuna a respeito da ausência de apresentação de causalidades para o fenômeno da evasão, um caminho possível seria a realização de pesquisas com amostras significativas de evadidos.
-

10. De acordo com o contexto de análise de Santos *et al.* (2024), que discute a evasão no Ensino Superior sob a percepção das predisposições, causas e consequências, é CORRETO afirmar:

- a) As satisfações ou insatisfações que os concluintes do Ensino Médio vivenciam estão relacionadas unicamente à variável institucional.
 - b) Ao lado da conceituação e da contemporaneidade do fenômeno da evasão, também a sua aferição é apontada como um dos problemas recorrentes em seu estudo.
 - c) A efetiva democratização do Ensino Superior no Brasil ocorrerá quando camadas marginalizadas socialmente apresentarem taxas de conclusão distintas das taxas de ingresso.
 - d) No contexto social, é decrescente o número de jovens que justificam sua decisão de ingressar na universidade pela ausência de alternativas que pudessem suprir suas necessidades de exercício profissional.
 - e) A evasão corresponde a uma postura passiva do aluno que, por sua própria responsabilidade, decide abandonar o curso.
-

11. Nos termos do art. 37 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a Administração Pública direta e indireta, é CORRETO afirmar:

- a) A administração pública obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, sendo este último aplicável apenas à administração indireta.
 - b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas exclusivamente as nomeações para cargos em comissão de natureza técnica permanente.
 - c) A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada por ato administrativo interno do órgão ao qual estejam vinculados.
 - d) Os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo de livre nomeação e exoneração.
 - e) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ainda que haja compatibilidade de horários e previsão constitucional expressa.
-

12. O Decreto n.º 9.991/2019, institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP). De acordo com esse decreto, é CORRETO afirmar:

- a) O Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) deve ser elaborado de forma genérica, com vigência indeterminada, a fim de garantir flexibilidade às necessidades institucionais.
- b) A PNDP tem como objetivo principal a concessão de incentivos financeiros aos servidores, vinculando progressão funcional, obrigatoriamente, à participação em ações de capacitação.
- c) O Plano de Desenvolvimento de pessoas (PDP) deverá alinhar as necessidades de desenvolvimento com a estratégia do órgão ou da entidade.
- d) A participação em ações de desenvolvimento no âmbito da PNDP é restrita aos servidores ocupantes de cargos efetivos, sendo vedada a inclusão de ocupantes de cargos em comissão.
- e) A avaliação das ações de desenvolvimento limita-se à verificação da frequência do servidor, sendo vedada a análise de resultados institucionais.

13. Considere a Resolução COEPEA/FURG n.º 129/2023. Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) no que se refere aos princípios e às concepções que regem o Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e Retenção nos Cursos de Graduação.

() Respeito à individualidade de aprendizagem do estudante de modo a garantir um processo flexível e contínuo de participação ativa na construção do conhecimento.

() Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cultura e inovação, compreendendo uma trajetória sólida de ampliação da formação técnica dos estudantes, contextualizada sócio-historicamente e potencializadora da experiência universitária como transmissão de conteúdos e preparação imediata para o mercado de trabalho.

() Democratização do acesso ao Ensino Superior como um processo contínuo, a partir de políticas institucionais que possibilitem a permanência dos estudantes.

() Educação pública inclusiva, acessível e integradora, que reconheça o papel das ações afirmativas e do espaço educativo como locus dialógico e transformador, como vistas a uma ação educativa acolhedora que contribua na superação das desigualdades sociais e no enfrentamento às opressões e todas formas de discriminação.

() Valorização das trajetórias e identidades dos estudantes, a fim de ampliar as possibilidades de produção do conhecimento compatíveis com padrões institucionais previamente definidos.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V, F, F, V, V.
 - b) F, V, V, V, F.
 - c) V, F, V, V, F.
 - d) V, F, V, F, V.
 - e) F, V, F, F, V.
-

14. O art. 11 da Lei n.º 13.005/2014 (PNE) dispõe sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Considerando esse dispositivo, analise as seguintes afirmativas.

I - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica deve produzir, anualmente, apenas indicadores de rendimento escolar, não sendo exigida a participação mínima dos estudantes em exames nacionais.

II - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica será coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e servirá como única base para definições curriculares dos sistemas de ensino.

III - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica produzirá, no máximo a cada 2 anos, indicadores que incluem rendimento escolar e avaliação institucional.

IV - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da Educação Básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

V - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica está vinculado exclusivamente à educação profissional técnica de nível médio, não abrangendo demais etapas da Educação Básica.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas as afirmativas III e IV.
 - b) Apenas as afirmativas II e V.
 - c) Apenas as afirmativas I e IV.
 - d) Apenas as afirmativas I e V.
 - e) Apenas as afirmativas II e III.
-

15. De acordo com o art. 185 da Lei n.º 8.112/1990, constituem benefícios do Plano de Seguridade Social, quanto ao dependente:

- I - Auxílio-funeral.
- II - Assistência à saúde.
- III - Salário-família.
- IV - Licença para tratamento de saúde.
- V - Auxílio-natalidade.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas as afirmativas II, III e V.
 - b) Apenas as afirmativas I e II.
 - c) Apenas as afirmativas I, II e IV.
 - d) Apenas as afirmativas I, III e V.
 - e) Nenhuma das afirmativas.
-

16. De acordo com o art. 116 da Lei n.º 8.112/1990, que trata dos deveres do servidor público federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É dever do servidor atender com presteza ao público em geral, sendo facultado, entretanto, recusar o cumprimento de ordens superiores quando discordar de seu mérito administrativo.
 - b) O servidor deve guardar sigilo apenas sobre assuntos classificados formalmente como sigilosos, podendo divulgar informações não classificadas, ainda que obtidas em razão do cargo.
 - c) Constitui dever do servidor atender com presteza às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
 - d) A observância das normas legais e regulamentares é dever exclusivo dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança.
 - e) O dever de representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder é restrito aos casos em que o servidor seja diretamente prejudicado.
-

17. Os artigos 6º a 11 da Constituição Federal de 1988 tratam dos direitos sociais. Considerando o texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda.
 - b) A educação e a saúde são direitos sociais assegurados exclusivamente aos brasileiros natos, não se estendendo aos estrangeiros residentes no país.
 - c) O direito de greve, previsto nos artigos 9º e 37, inciso VII, possui idêntico regime jurídico para trabalhadores da iniciativa privada e para servidores públicos, inclusive quanto à autoaplicabilidade.
 - d) O salário mínimo, nos termos do artigo 7º, inciso IV, pode ser objeto de diferenciação regional por meio de negociação coletiva, desde que respeitado o núcleo essencial do direito social ao trabalho digno.
 - e) O direito de sindicalização dos servidores públicos civis, previsto no artigo 8º, é condicionado à edição de lei complementar que defina sua forma de exercício.
-

18. Considerando as possibilidades apresentadas no texto elaborado por Gomes (2005), acerca da discussão dos conceitos-chave “identidade” e/ou “identidade negra”, analise as afirmativas abaixo.

I - Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.

II - Somos, então, sujeitos de muitas identidades, e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes, parecendo-nos, depois, descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas.

III - Somos, então, sujeitos de muitas identidades, e essas múltiplas identidades sociais são fixas, não podendo ser rejeitadas ou abandonadas.

IV - A identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma.

V - Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso afirmar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as).

Estão INCORRETAS:

- a) Apenas as afirmativas I e II.
 - b) Apenas as afirmativas III e IV.
 - c) Apenas as afirmativas III e V.
 - d) Apenas as afirmativas II, IV e V.
 - e) Todas as afirmativas.
-

19. A partir das informações contidas no artigo elaborado por Gomes (2005) e considerando a afirmação feita pela autora – “Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação” –, analise as afirmativas abaixo.

I - Vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, de forma muito parecida com outros contextos onde esse fenômeno também acontece.

II - A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país.

III - Segundo pesquisas de opinião pública, a maior parte da população brasileira reconhece a existência do racismo no Brasil e se reconhece como racista.

IV - Quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo entre nós, mais o racismo existente no Brasil vai se propagando e invadindo as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais dos negros.

V - O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III.
 - b) Apenas as afirmativas II, IV e V.
 - c) Apenas as afirmativas I, III e IV.
 - d) Apenas as afirmativas III, IV e V.
 - e) Todas as afirmativas.
-

20. Pletsch, Melo e Cavalcante (2021) trazem, em seu texto, informações importantes acerca de experiências e desafios relacionados à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. Com base nas informações apresentadas pelos autores, analise as afirmativas abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso).

() O reconhecimento da diversidade humana parte da ideia de adaptação e sugere a diversificação de ações e estratégias pedagógicas para atender às particularidades de cada estudante que tenha alguma deficiência.

() Os núcleos ou setores responsáveis pela acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências nas universidades devem ser compreendidos de forma intersetorial e transversal.

() A REBECA (Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados) tem o objetivo de fomentar o intercâmbio efetivo de informações técnicas e reunir, em um único ambiente, um acervo expressivo de materiais acadêmicos com requisitos de acessibilidade.

() Deve ser responsabilidade exclusiva dos núcleos de acessibilidade a promoção da inclusão das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades na universidade.

() Poucas são as evidências científicas na literatura nacional e internacional sobre os melhores caminhos a serem seguidos para a orquestração de redes de apoio ou suporte para estudantes com deficiência intelectual e autismo na educação superior.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V, F, V, V, F.
- b) F, V, F, V, F.
- c) V, F, F, F, V.
- d) V, V, V, V, V.
- e) F, V, V, F, V.

21. A Resolução CONSUN/FURG n.º 45/2024 dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). No que se refere à destinação obrigatória, em cada processo seletivo, de, no mínimo, 30% (trinta por cento) das vagas ao público destinatário da política nos programas e cursos de pós-graduação da FURG, é INCORRETO afirmar:

a) As comissões de bolsa dos programas de pós-graduação *stricto sensu* devem definir critérios que garantam a prioridade dos candidatos aprovados por essa Política, observadas as normas dos órgãos de fomento e de acompanhamento e avaliação, garantindo, no mínimo, o percentual de 30% (trinta por cento), conforme previsto no art. 10 dessa Política.

b) A reserva de vagas deverá constar expressamente nos editais de seleção dos cursos de pós-graduação da FURG.

c) Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), sendo sempre garantido o mínimo de uma vaga reservada.

d) O público destinatário dessa Resolução concorre às vagas de forma concomitante, e, em caso de classificação na ampla concorrência, não será computado para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

e) Na hipótese de não haver candidatos aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas para pessoas negras, as vagas remanescentes serão revertidas para candidatos indígenas, não havendo candidatos indígenas aprovados, as vagas serão revertidas para candidatos quilombolas aprovados; e, por último, não havendo candidatos quilombolas aprovados, as vagas serão revertidas para candidatos da ampla concorrência, observada a ordem de classificação.

22. De acordo com o Capítulo IV – “Da estrutura administrativa” da Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (Resolução CONSUN/FURG n.º 46/2024), analise as afirmativas abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso).

- () Compete à Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades (SeCAID) apenas o acompanhamento e a avaliação da Política de Acessibilidade e Inclusão, nos limites de suas atribuições.
- () Compete à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) ofertar formação continuada aos Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP) sobre temáticas relativas aos processos de inclusão no Ensino Superior.
- () Compete à Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progep) desenvolver ações formativas por meio do Programa de Formação Continuada na Área Pedagógica (Profocap).
- () Compete à Pró-reitoria de Infraestrutura (Proinfra) coordenar as ações relativas ao planejamento, à implantação, à manutenção e à ampliação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura e inovação da FURG, pautadas nos princípios do desenho universal e promovendo a criação de produtos e ambientes acessíveis a serem usados por todas as pessoas.
- () Compete à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (Proplad) acolher e acompanhar os servidores e trabalhadores terceirizados destinatários dessa política, assim como o desenvolvimento de programas de formação continuada junto aos servidores da FURG.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F, F, F, V, F.
 - b) F, V, F, F, V.
 - c) V, F, V, V, F.
 - d) V, V, V, F, V.
 - e) F, F, F, F, F.
-

23. Conforme disposto na Lei n.º 15.142/2025, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos, é INCORRETO afirmar:

- a) Serão submetidas ao procedimento de confirmação da autodeclaração todas as pessoas habilitadas no certame que optarem por concorrer às vagas reservadas a pessoas pretas e pardas, ainda que tenham obtido conceito ou pontuação suficiente para aprovação na ampla concorrência.
 - b) Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa preta e parda, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.
 - c) Para fins do disposto na Lei n.º 15.142/2025, considera-se pessoa indígena aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena.
 - d) Os editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados estabelecerão procedimento de confirmação complementar à autodeclaração das pessoas pretas e pardas, nos termos do disposto em regulamento, observando-se, no mínimo: I - a padronização das normas em nível nacional; II - a participação de especialistas com formação relacionada às relações étnicas e raciais e compreensão da política de cotas brasileira e que correspondam apenas à diversidade racial e étnica da população.
 - e) Para fins do disposto na Lei n.º 15.142/2025, considera-se pessoa quilombola aquela pertencente a grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda.
-

24. A Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio, Discriminação e Outras Formas de Violência na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (Resolução CONSUN/FURG n.º 15/2023) dispõe, em seu art. 4º, sobre algumas diretrizes a serem seguidas. Acerca dessas diretrizes assinale a alternativa CORRETA.

- a) Desenvolvimento de ações educativas para pessoas que relatem casos de assédio, discriminação e outras formas de violência.
 - b) Formação continuada da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, por meio da realização de ações formativas sobre boas práticas acadêmicas, com vistas à prevenção de conflitos.
 - c) Busca de soluções paliativas, evitando o agravamento de casos de assédio, discriminação e outras formas de violência.
 - d) Estímulo às boas práticas administrativas para enfrentamento de casos de assédio, discriminação e outras formas de violência.
 - e) Estímulo à capacitação de pessoal para monitoração de conflitos no âmbito das unidades.
-

25. Considerando a Lei n.º 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o Capítulo IV – Do direito à educação – e o Art. 28 abaixo mencionado, analise as afirmativas e assinale V (verdadeiro) ou F (falso).

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- () Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.
- () Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em todas as escolas.
- () Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar.
- () Oferta de profissionais de apoio escolar.
- () Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F, V, F, F, V.
- b) V, F, V, V, V.
- c) V, V, V, F, F.
- d) F, F, V, V, V.
- e) V, V, F, V, F.

	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					